

Da crise de 1929 à Guerra nas Américas: posições de Argentina, Brasil e Estados Unidos nas Conferências Pan-Americanas

Micael Alvino da Silva (UNIAMÉRICA)

O objetivo deste trabalho é discutir as considerações teórico-metodológicas do projeto de pesquisa em nível de doutorado, intitulado **As Conferências Pan-Americanas: as relações entre Argentina, Brasil e Estados Unidos (1929-1945)**, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Robert Sean Purdy.

A idéia da pesquisa surgiu durante nosso trabalho de mestrado quando identificamos uma lacuna na análise do significado político das Conferências Pan-Americanas, para as relações interamericanas durante o período da Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2010). Na ocasião, pesquisávamos a repressão policial contra alemães e italianos que residiam na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), entre 1939-1945. Concluímos que uma série de ações em todo o país foi coordenada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no sentido de vigiar e reprimir os então “súditos das nações do Eixo”. Tais ações foram postas em prática oficialmente após janeiro de 1942, e no caso da Tríplice Fronteira, destacamos o movimento de retirada das famílias de alemães e italianos para uma distância de 100 quilômetros além da fronteira onde, acreditava-se, ofereceriam menos risco à segurança continental.

Na busca por compreender a motivação deste movimento de retirada e a conversão dos imigrantes em perigo à segurança continental, além do referencial bibliográfico básico, analisamos os acervos do Arquivo Público do Paraná e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Foi possível encontrar documentos gerais e aplicáveis a todos os estados do país, assim como um referencial específico aplicável exclusivamente ao Estado do Paraná e, por consequência à parte brasileira da Tríplice Fronteira. Após analisar as fontes, concluímos que a vigilância e repressão aos súditos do Eixo foi uma das consequências da decisão política brasileira, tomada pelo Itamaraty com

ordens do então presidente Vargas, de acatar as recomendações da III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942).

Pelas limitações daquele trabalho de mestrado não foi possível investigar com profundidade o tema, mas identificamos que a referida Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos estava inserida numa conjuntura de Conferências Pan-Americanas. O conjunto das Conferências Pan-Americanas pode ser dividido três períodos: o primeiro vai da Primeira à Sexta Conferência (1889-1928), ocorridas respectivamente nos Estados Unidos, México, Brasil, Argentina, Chile e Cuba. O segundo período (nosso recorte temporal) se inicia com a crise de 1929 e finaliza com o término da Segunda Guerra Mundial, tendo ocorrido a Sétima Conferência em Montevideú (1933) e a Oitava em Lima (1938). Durante este período, outras conferências e reuniões importantes ocorreram no âmbito interamericano: Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (Buenos Aires, 1936); I Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos (Panamá, 1939); II Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos (Havana, 1940); III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942); e Conferência Interamericana sobre problemas da Guerra e da Paz (México, 1945). O terceiro período das Conferências vai de 1947 à 1954, quando foi criada a Organização dos Estados Americanos.

Nosso recorte temporal justifica-se por dois marcos históricos importantes na história das relações internacionais: a crise de 1929 e o término da Segunda Guerra Mundial. No que se refere ao recorte temático, as Conferências Pan-Americanas apresentam-se como lugar privilegiado para a análise das relações interamericanas, já que nestes encontros, os grandes temas que pautaram as relações entre os países americanos (com destaque para aqueles que interessavam os Estados Unidos), foram debatidos entre políticos e diplomatas.

Para além do recorte temporal e temático, a análise das relações interamericanas em geral esbarrou em limites metodológicos. Já que praticamente todos os países americanos participaram das Conferências, uma possibilidade apresentada foi a de estudar apenas alguns e não todos os Estados envolvidos. Então, quais estados

privilegiar? Dois autores nos ajudaram a delimitar melhor este recorte: Lars Schoutz e Moniz Bandeira.

O estudo do norte-americano Lars Schoutz, publicado com o título **Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina** (2000), traz uma importante reflexão sobre a visão dos Estados Unidos com relação à América Latina. Os dez primeiros capítulos de sua obra são dedicados a analisar, entre outras fontes, os documentos do Departamento de Estado nas relações com a América Latina até o início do século XX. Contudo, o que os funcionários do Departamento compreendiam como América Latina não avançava muito além da América Central, Caribe e norte da América do Sul. As relações com esta parte da América ficaram marcadas pela forte ingerência dos Estados Unidos na política interna destes países, em geral para proteger interesses do capital americano. Após a virada do século, começou-se a desenhar uma mudança nesta compreensão. Tratava-se de subdividir a América Latina em duas. Este debate teve início ainda no governo de Theodore Roosevelt, e atingiu seu ápice no período que vai da crise de 1929 ao término da Segunda Guerra com política da boa vizinhança, cuja semente foi plantada pelo Secretário de Estado Elihu Root em 1906. Sobre este aspecto, Shoultz escreveu:

A contribuição específica de Elihu Root às relações interamericanas foi agrupar as nações da região em duas classes diferentes: uma, a turbulenta região do Caribe, a outra, os países estáveis, progressistas do sul da América do Sul e o México. (2000, p. 217)

Embora não representasse uma mudança imediata na visão de todo o Departamento de Estado nas três primeiras décadas do século XX, esta subdivisão permitiu um olhar diferenciado para o sul da América do Sul por parte de alguns funcionários do Departamento de Estado. A visita do Secretário Root ao Rio de Janeiro e Buenos Aires em 1906 foi um passo importante na habilitação concedida aos líderes da elite das nações “progressistas do sul da América do Sul”. Em contrapartida, ainda segundo Schoultz, os sul-americanos “desenvolvidos” teriam sido coniventes com a hegemonia dos Estados Unidos no Caribe e América Central.

Diante desta mudança de postura do Departamento de Estado, e pelas condições concretas para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por analisar a relação dos

Estados Unidos com estes “progressistas do sul da América do Sul”, ou seja, Argentina e Brasil. Moniz Bandeira em seu livro **Conflito e integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul** (2010), sugere que uma análise das relações entre estes países é pré-requisito para compreender as relações internacionais no Cone Sul desde o século XX até a atualidade.

Feita esta breve apresentação do objeto de pesquisa, passemos a refletir sobre o referencial teórico-metodológico. Acredita-se que o estudo das relações entre Argentina, Brasil e Estados Unidos, a partir das Conferências Pan-Americanas, bem como a natureza das fontes, nos remete ao campo da História Política, História Comparada e História Transnacional.

Nosso ponto de partida (relações interamericanas) nos remete à dimensão política da História. Trata-se de analisar e compreender o campo da política externa dos três Estados americanos. A política externa tem sido analisada desde o clássico estudo dos historiadores franceses Pierre Renouvin e Jean-Jacques Duroselle (1966), como parte indissociável da política interna dos Estados. Sobre este aspecto, Pierre Milza escreveu:

As relações entre a chamada política *interna* dos Estados e os relacionamentos que estes mantêm com outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional constituem um campo de pesquisa e reflexão em que se cruzam com frequência cada vez maior, e com uma crescente eficácia, as abordagens, os métodos e os trabalhos provenientes de duas “escolas” [...]: a da história “política” [...] e a das relações internacionais contemporâneas. (MILZA, 2003, p. 365)

Ao escrever especificamente sobre o campo do político, René Remond afirma que:

Certas situações ampliam o campo do político: em tempos de guerra, o que não é político? O moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação. O mesmo se dá com as crises. Outros setores, durante muito tempo mantidos longe da política passam às vezes para a esfera do político. (2003, p. 443)

Neste sentido, o início do recorte temporal que propomos analisar (1929), coincide com o início de uma crise do capitalismo mundial, portanto econômica e com alcance em vários países. Esta crise, contudo, não pode ser analisada apenas

desde a economia, pois é impossível não avaliar seus desdobramentos na sociedade e na política. Neste campo, para exemplificar, nada mais político do que a estratégia do governo dos Estados Unidos com o *New Deal*, e a ascensão dos governos autoritários na Europa.

Já o término de nosso recorte temporal e término da Segunda Guerra Mundial (1945), nos insere novamente em um momento de ampliação do campo político. Desta forma, durante os 16 anos a que se dedica a pesquisa, é possível afirmar que foi um momento de ampliação do campo político. No caso das relações interamericanas, um espaço privilegiado para análise deste campo são as Conferências Pan-Americanas. Acredita-se que os debates em torno destes eventos tanto sofreram influência quanto influenciaram a política interna e externa dos países envolvidos. Esta consideração nos leva a refletir sobre um método de análise das fontes que não privilegie apenas a História Nacional de cada país, de modo que nosso objeto nos levou a considerar o uso da História Comparada.

Fazer uso da comparação em estudos históricos não é uma tarefa recente. Para José D'Assunção Barros, em *História Comparada: atualidades e origens de um campo disciplinar* (2007), a comparação é inclusive um gesto natural intuitivo que acompanha o ser humano e o auxilia diante de situações novas ou inusitadas no cotidiano. Como método, não é exclusividade da História, mas a ela serve sobretudo após o diálogo aberto com as Ciências Sociais no início do século XX (CARDOSO & BRIGNOLI, 2002). Para a análise das relações internacionais, a comparação tem sido considerada como essencial. Da mesma maneira, a internacionalização das pesquisas fomenta este tipo de abordagem ao possibilitar o rompimento com a herança historiográfica do século XIX baseada nas fronteiras nacionais.

A História Comparada tem se apresentado como um campo marcado pela complexidade, que exige do historiador certos cuidados acerca do que comparar e como comparar. Exige também uma rigorosa definição de termos e conceitos, bem como conhecimento profundo do que se pretende comparar. Em conferência ministrada em 1928, Marc Bloch apontou para dois caminhos para o historiador que pretende fazer uso da comparação em suas pesquisas. O primeiro é comparar sociedades distintas no tempo; e o segundo é comparar sociedades próximas e

“influenciáveis” (BLOCH apud BARROS, 2007). Em ambos os casos não poderia estar desmembrada de uma história-comparada-problema. Um mesmo problema, ao perpassar duas ou mais realidades poderia ser bastante útil à historiografia, como o próprio Bloch demonstrou em sua obra *Os Reis Taumaturgos* (1993), ao comparar a monarquia francesa e inglesa, a partir do estudo da crença no poder taumaturgo dos reis.

Nosso trabalho se insere no segundo caminho apontado por Bloch. Nossa proposta de comparar Argentina, Brasil e Estados Unidos desde o recorte proposto implica em fazer comparações com vistas a destacar semelhanças e diferenças na postura dos países frente às questões discutidas no âmbito das Conferências. No que se refere às relações entre os três países, o livro já citado de Muniz Bandeira (2010), sugere que não é possível analisar as relações entre Brasil e Argentina sem compreender o contexto internacional das relações com os Estados Unidos. Portanto, para além da História Comparada, consideramos que nosso objeto nos remete também à História Transnacional.

Se a História Política e a História Comparada não são recentes, o mesmo não podemos dizer da História Transnacional. Para João Fábio Bertonha, no artigo *História Transnacional. Perspectivas e problemas* (2008), a perspectiva transnacional possibilita ao pesquisador compreender seu objeto mais a partir do contexto internacional do que das histórias nacionais comparadas. Para o autor, a História Transnacional

propõe que alguns processos históricos superam as fronteiras nacionais a tal ponto que nem mesmo a história comparativa teria condições de analisá-los a contento. A história transnacional resolveria esse problema, pois não se limitaria a examinar os processos históricos através das fronteiras, mas verdadeiramente as ignoraria. Não no sentido literal (pois ela concorda que as especificidades devem ser analisadas para a compreensão do global), mas no epistemológico: o grau da escala sairia do micro e abandonaria de vez o macro nacional, indo para um macro ainda maior, o globo. (p. 166-167)

Considerando a História Transnacional como um campo relativamente recente e virtualmente ausente do debate historiográfico brasileiro, acreditamos que será necessário buscar referenciais teóricos em outros círculos historiográficos, com destaque para produções desde os Estados Unidos e Europa (BERTONHA, 2008).

Para atender aos objetivos propostos neste projeto, também impõe-se o estudo de referenciais teóricos relacionados diretamente ao objeto de pesquisa. Dentre a bibliografia consultada até o momento, destacamos três eixos temáticos com algumas obras que consideramos fundamentais para o início de nossa pesquisa: os trabalhos produzidos no âmbito da União Pan-Americana; os trabalhos recentes na área da História sobre a temática; e os estudos no campo das Relações Internacionais.

A União Pan-Americana foi constituída em 1910 e tinha, dentre os seus objetivos, o de estimular pesquisas relacionadas à história do continente americano, dar suporte a estudos sobre as Conferências e ajudar a manter a Biblioteca Pan-Americana (DULCI, 2008, p. 8). Tratava-se, portanto, de uma tentativa de sistematização de dados visando auxiliar as conferências futuras. Dentre estes estudos, temos: *Del Congreso del Panamá a la Conferencia de Caracas (1826-1954)*, do mexicano Francisco Cuevas Cancino (1955); *Evolución del Panamericanismo*, do argentino Enrique Gil (1933); *El Panamericanismo*, do colombiano Joaquin Caicedo Castilla (1961); e *Pan American Progress*, do norte-americano Philip Leonard Green (s/d).

Dentre os trabalhos recentes¹, destacamos um artigo de Raphael Nunes Nicoletti Sebrian intitulado *Pan-americanismo e imperialismo: a sexta conferência pan-americana e o debate acerca da intervenção norte americana na Nicarágua (2006)*, que nos levantou questões acerca do debate intelectual por meio da imprensa brasileira em torno da primeira da série de Conferências que nos propomos a analisar. Embora não esteja em nossos objetivos analisar a questão dos intelectuais, outra publicação importante para pensar as relações entre Brasil e Argentina desde uma perspectiva comparada é o livro de José Luis Bendicho Beired, *Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1999)*. Contudo, o trabalho que nos oferece um maior número tanto de informações quanto de possibilidades para nossa pesquisa é a dissertação de

¹ Dentre outros autores que nos auxiliaram na compreensão do contexto histórico em que se processaram as Conferências estão: BAGGIO (1999), BETHEL (2001), CAPELATO (1999), DONGUI (1975), HOLANDA (2008), PRADO (1999), PRADO (2001) e SMITH (2001).

mestrado de Tereza Maria Spyer Dulci (2008), *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*.

Além dos estudos feitos “no calor dos acontecimentos” e das análises mais próximas e específica das Conferências, para um estudo analítico sobre o significado político destas Conferências, é preciso voltar o olhar para trabalhos que se dedicam a estudar a história das relações internacionais da América Latina. Dentre estes trabalhos destacamos os seguintes: *Relações Internacionais dos países Americanos*, de Amado Luiz Cervo e Wolfgang Döpke (1994); *Relações Internacionais: dois séculos de história*, organizado por José Flávio Sombra Saraiva (2001); *Relaciones Internacionales de America Latina: breve historia*, do venezuelano Demétrio Boersner (1996); *Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)*, de Clodoaldo Bueno (2004); e *As Relações Internacionais da América Latina*, de Luiz Felipe Viel Moreira e outros autores (2010).

O ponto de aproximação dos autores citados no parágrafo anterior é o trabalho dos historiadores franceses Pierre Renouvin e Jean-Jacques Duroselle. No clássico *Introdução à História das Relações Internacionais (1966)*, nos dizeres de José Flávio Sombra Saraiva (2001), o conhecimento histórico foi posto como coração dos estudos da Relações Internacionais. Ainda segundo Saraiva, “para Renouvin havia uma clara indissociabilidade entre a história das relações internacionais e a história das civilizações. Nesse sentido (embora não fosse seguidor do grupo), pode-se reconhecer nele uma preocupação muito semelhante àquela encontrada na primeira geração” dos Annales.

À guisa de conclusão deste texto, faremos algumas reflexões sobre o trabalho a ser desenvolvido no curso de doutorado. As pesquisas preliminares realizadas até o momento foram cruciais para a elaboração do projeto e para a execução da pesquisa entendemos que o cronograma deverá contemplar três estágios. O primeiro terá como principal meta complementar e aprofundar o referencial teórico-metodológico, com a inclusão de bibliografia em língua inglesa e espanhola encontrada principalmente em bibliotecas americanas e argentinas.

O segundo estágio da pesquisa terá como objetivo principal analisar as fontes primárias, produzidas pelas chancelarias argentina, brasileira e estadunidense. Os principais acervos a serem consultados são: Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro); Archivo Nacional de La Chancelaría (Buenos Aires) e National Archives (Washington). Em consulta prévia ao Arquivo Histórico do Itamaraty, identificamos as seguintes pastas temáticas para nossa pesquisa: Pan-americanismo; União Pan-americana; Doutrina Monroe; Sétima Conferência Pan-Americana, Montevideo (1933); Oitava Conferência Pan-Americana, Lima (1938); I Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, Panamá (1939); II Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, Havana (1940); III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, Rio de Janeiro (1942); e Conferência Interamericana sobre problemas da Guerra e da Paz, México (1945).

A documentação diplomática é basicamente composta de informações registradas nos mais variados tipos de documentos (carta, relatório, memorando, telegrama, dossiê, etc.), pelos representantes de cada país e/ou delegados enviados para cada Conferência. Estes representantes são aqueles definidos como “homens de Estado” por Renouvin & Duroselle (1966), e que atuam no campo da política exterior, mas que respondem a demandas e interesses de suas respectivas sociedades. É necessário compreender e analisar, portanto, não apenas as proposições, a agenda e as decisões, mas também a atuação das forças profundas, em geral inscritas numa média ou longa duração, que motivam e influenciam as tomadas de decisões destes homens de Estado. Neste sentido, o trabalho de Schoultz (2000) é bastante inspirador não apenas por demonstrar as pressões da política interna frente aos temas internacionais, como também o nível de detalhamento e análise dos homens de Estado e suas trajetórias, interesses e motivações.

O terceiro estágio da pesquisa será a produção da tese, com o objetivo de apresentar os resultados obtidos. Pretende-se produzir conhecimento histórico novo que auxilie na compreensão histórica das relações entre os países “desenvolvidos do sul da América do Sul” e os Estados Unidos.

Referências

BAGGIO, Kátia Gerab. A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas. São Paulo, 1999. Departamento de História. Universidade de São Paulo.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Atualidades e Origens de um Campo Disciplinar. *História Revista*. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/5472>>. Acesso em: 21 Fev. 2012.

_____. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a Direita*. Maringá: Eduem, 2008. p. 165-175.

BETHEL, Leslie. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOERSNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de America Latina: breve historia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

BUENO, Clodoaldo. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003). *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 65-80, 2004.

CANCINO, Francisco Cuevas. *Del Congreso del Panamá a la Conferencia de Caracas (1826-1954)*. Caracas: 1955.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Grande Transação*. São Paulo: EDSENAC, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CASTILLA, Joaquin Caicedo. *El Panamericanismo*. Buenos Aires: Roque de Palma Editor, 1961.

CERVO, Amado Luiz; DÖPKE, Wolfgang (orgs.). *Relações Internacionais dos países Americanos*. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: EDFUNAG, 2001.

DONGUI, Túlio Halperín. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo, 2008. 134 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo.

GERTZ, René Ernani. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

GIL, Enrique. *Evolución del Panamericanismo*. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jusus Mendendez, 1933.

GREEN, Philip Leonard. *Pan American Progress*. New York: Hastings House Publishers, s/d.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil republicano*. T. III, Vol. 8. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Maria Cristina; SILVA, André Luiz Reis (orgs.). *As Relações Internacionais da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRADO, Maria Lígia. *Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Grande Transação*. São Paulo: EDSENAC, 1999.

_____. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, nº 145, 2001, pág. 127-149.

PURDY, Sean. O século Americano. In: KARNAL, L. [et. al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os Fascismos*. In: *O Século XX – O tempo das crises*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1966.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília: IBRI, 2001.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. Pan-americanismo e imperialismo: a sexta conferência pan-americana e o debate a cerca da intervenção norte americana na Nicarágua. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 6, p. 111-129, 2006.

SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Hélio. *1942: Guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SMITH, Robert. *Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930*. In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 609-647.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THEML, Neide; BUSTAMARTE, Regina Maria da Cunha. *História Comparada: Olhares Plurais*. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2007.